

07-01-2020

Cadê a Soberania Popular?**Soberania Alimentar****Ernesto Jorge Macaringue**[Professor de Geografia - Escola Superior de Hotelaria e Turismo /
Universidade Eduardo Mondlane - Cidade de Inhambane / Moçambique]

Será que, no atual momento histórico, que num esforço de negação das desigualdades estruturais, como ensina Milton Santos há quem use fábulas de “mundo globalizado”, como se todas as nações tivessem a mesma sorte e/ou oportunidades para desfrutar o que existe. Há condições para se falar de civilização, justiça, quando os canais de TVs mais assistidos no mundo omitem os conflitos entre grandes corporações e camponeses?

Aliás, a omissão das injustiças que são infligidas em África, é gritante - pouco se fala de africanas - a África que é apresentada é uma e homogênea - essa África não existe. Os saberes africanos - que sustentam a harmonia com a natureza não é difundida.

Os bens naturais, que incluem os solos, os climas, os minérios, as florestas, são apresentados como bens subaproveitados.

As estratégias que sustentam povos africanos até então, os menos responsáveis pelas crises atuais ninguém fala delas. Para nós, isso são formas de injustiças que são parte do projeto de dominação da burguesia reunida no G8 e Grupo 20. Essa burguesia, na atualidade se apoderou das igrejas - esse nobre patrimônio da humanidade. Através das igrejas evangélicas fomenta-se o ódio contra os valores culturais africanos. Aos valores culturais se atribui todos os fracassos de acesso ao emprego, entre outras maldições... A partir da igreja se atinge os sujeitos fixados nos lugares mais recônditos que se pode imaginar. A “Boa Nova”, de Jesus Cristo, infelizmente é a sua arma para a destruição das almas humanas. O ciclo de injustiças, tal como se colocam, pode-se dizer que se enquadram no que Marx e Engels (1974) disse sobre a ascensão da burguesia, que foi a partir da “descoberta da América, a circum-navegação da África”, que ambos ofereceram à “...burguesia nascente um novo campo de ação”. O alargamento desse campo de ação foi responsável pela subdivisão do continente africano, tendo resultado no atual mapa das nações africanas.

A manutenção dessa geografia de nações, nos comove ao afirmar que as independências africanas, longe de serem resultado da consciência dos próprios africanos perante a dominação europeia, é produto dos conflitos das maiores potências imperialistas, que conduziram os Estados Unidos ao poder. Os grupos que detêm poder em África, ao invés de se esforçarem para superação da desordem criada pela colonização europeia, pelo contrário, procuram copiar modelos dos governos burgueses, para implantá-los em sociedades camponesas. Se os africanos pretendem instaurar soberania popular em seus territórios, o que lhes permitiria se livrarem da dominação estrangeira, há que se ter coragem para se romper com as desordens coloniais!

Chamamos de desordem coloniais, as divisões administrativas impostas pelo sistema colonial e os sistemas democráticos burgueses, que são responsáveis pelos processos de escolha dos representantes do povo. O roubo das riquezas africanas (minérios, terras, água) é facilitado, em parte pelos modelos de administração do território, que conferem poderes absolutos aos sujeitos indicados pelo governo central.

Os processos de escolha dos representantes do povo, numa única expressão, são uma verdadeira confusão.

O povo escolhe a lista/partido político, o que significa que na realidade a participação do povo é uma farsa.

É assim em Moçambique. O que se pode esperar num contexto em que a participação popular é uma farsa? Nada do que abuso do poder e imposições vinculadas à ideia de assistência social e técnica. Nos últimos anos há um debate sobre produção e circulação de sementes em Moçambique. Na realidade o que o Governo de Moçambique, Japão e Estados Unidos de América, em representação do G8 e setor privado, pretendem é restringir o direito de produção de sementes por meio de dispositivos legais que impõem a obrigatoriedade de propriedade intelectual e criação de fiscais e certificadores privados.

O projeto é visto pelos camponeses como uma violação do direito à soberania alimentar. O projeto em referência revela-nos que na prática, a soberania popular é uma miragem em Moçambique.

O país é governado pelos capitalistas financeiros.

Tendo em conta as propostas teóricas a que temos tido acesso, sobre o poder/legitimidade, Estado/Governo, faculdades como um acúmulo de conhecimentos e experiências que são adquiridas ao longo do tempo, pode-se dizer que o problema de fome que fustiga o povo moçambicano, insere-se nos conflitos de classes sociais.

De um lado, está o grupo dos capitalistas ou daqueles que sonham ser capitalistas, e, do outro, está o de sujeitos que aspiram à liberdade. Nesse contexto, parece-nos oportuno, debater o conteúdo e o alcance do conceito “soberania alimentar” a partir de alguns casos esporádicos que se verificam em Moçambique.

Antes porém, há que situar o entendimento que se tem aqui, do conceito soberania alimentar. Segundo a Declaração de Nyélény, Mali, 2007, a soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo.

Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, por cima das exigências dos mercados e das empresas.

Tal como se pode observar remete-nos à legitimidade das autoridades e das “suas leis”, a partir do consentimento dos governados. A Constituição da República de Moçambique, refere nos artigos 1 e 2 que “*A República de Moçambique é um Estado independente, soberano, democrático e de justiça social; que a soberania reside no povo, o povo moçambicano exerce a soberania segundo as formas fixadas na Constituição, o Estado subordina-se à Constituição e funda-se na legalidade, as normas constitucionais prevalecem sobre todas as restantes normas do ordenamento jurídico.*” (Moçambique, 2004).

Todavia, observando as relações Estado/Povo, em particular, os processos relativos à ocupação da terra; à política agrária (por ex. a produção e circulação de sementes), percebe-se claramente que o país está ainda longe de pôr em prática os princípios de soberania popular, como também, que Moçambique não figura na lista dos países independentes.

A atuação do governo, nas questões de ocupação da terra e da produção e circulação de sementes está em oposição às vontades populares e perpetrando violações sistemáticas dos direitos fundamentais e humanos. ■ ■ ■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.